

LIDERANÇAS INTELECTUAIS NOS CAMINHOS DA AUTORIA ACADÊMICA SURDA

Intellectual leaders on the paths of Deaf Academic Authorship

Gabriel de Souza¹

Inês Caroline Reichert²

RESUMO

Este artigo objetiva historicizar as trajetórias sociais das/os sete surdas/os pioneiras/os na conclusão do doutorado. Sabe-se que no período de transição do século XX para o século XXI, as pessoas surdas acessaram o processo de doutoramento e buscaram estratégias às demandas do movimento social surdo. Metodologicamente utiliza a reconstrução de trajetórias sociais, seguindo a pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa, orientada pelos conhecimentos da etnografia. Negocia-se junto às fontes pesquisadas o protagonismo e a autoria surda. Verifica-se, por meio das trajetórias sociais das/os doutoras/es surda/os, a construção de um projeto coletivo que focaliza a Educação Bilíngue/Intercultural e

ABSTRACT

This article aims to historicize the social trajectories of the seven deaf pioneers in the conclusion of their doctorate. It is known that during the transition period from the twentieth to the twenty-first century, deaf people accessed the doctoral process and sought strategies to the demands of the deaf social movement. Methodologically is used the reconstruction of social trajectories, following the bibliographical and documentary research of qualitative nature, guided by the ethnographic knowledge. It is negotiated with the researched

¹ Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil; gabriel_contato@outlook.com.

² Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil; inesrei@feevale.br.

tem interesse em valorizar a língua, a identidade, a visualidade, a experiência de ser surdo, revelando compromissos da Autoria Acadêmica Surda.

sources the protagonism and the deaf authorship. It is verified, through the social trajectories of deaf doctors, the construction of a collective project that focuses on Bilingual/Intercultural Education, interested in valuing language, identity, visuality, the experience of being deaf, revealing the Deaf Academic Authorship commitments.

PALAVRAS-CHAVE

Autoria Acadêmica Surda; Doutores surdos; Cultura surda; Surdos no ensino superior.

KEYWORDS

Deaf Academic Authorship; Deaf doctors; Deaf culture. Deaf in university education.

Introdução

Temporalmente, os direitos da comunidade surda brasileira passaram a se estabelecer, formalmente, pelo menos desde a década de 1980. A contar do final do século XX e início do século XXI, as pessoas surdas se posicionaram, no sentido de marcar ativamente sua presença nas dinâmicas societárias. Conforme o contexto mundial e nacional, os pressupostos de institucionalização passaram a ser questionados e as lideranças surdas emergiram de forma organizada, em defesa de seus interesses perante o Estado brasileiro. Assim, a partir da década de 1990, essa temática passou a ser discutida nos termos de direitos humanos e foi institucionalizada no interior do aparato estatal (BRITO, 2013).

Negociação junto ao legislativo, mobilizações e eventos deram o tom à comunidade surda, uma vez que o século XXI é marcado por um contexto de acirramento e tensionamento entre as posições do Estado e do movimento social surdo brasileiro (BRITO, 2013). Entre as disputas, vale mencionar o aviso de fechamento do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), que provocou a comunidade surda para o debate sobre a educação bilíngue “Essa mobilização culminou em Brasília, nos dias 19 e 20 de maio de 2011, com um movimento na tentativa de chamar a atenção das autoridades governamentais e de toda a sociedade [...]” (LEBEDEFF; ROSA; MARTINS; KLEIN, 2016, p. 240-241).

A comunidade surda encarou a polêmica em torno do INES, mobilizando uma grande manifestação em Brasília em 2011, quando cerca de quatro mil pessoas reivindicaram a Educação Bilíngue para Surdos. Logo, era imperativo “[...] respeitar a cultura surda e a institucionalização da escola bilíngue como o lugar da educação dos surdos” (SARTURI; DALL’ALBA, 2018, p. 5).

A campanha “Escola Bilíngue para Surdos” foi resultado da atuação do movimento social surdo frente ao processo histórico de tensionamento. Nos anos que se seguiram, ocorreu o acirramento entre a comunidade surda organizada e as políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à Educação. Significava, para o movimento surdo, a defesa dos espaços linguístico e cultural diante de uma política de Educação Especial Inclusiva praticada em escolas regulares.

Nesse contexto de tensão, outro acontecimento ocorreu em abril de 2012, na comemoração da primeira década do reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais, com uma manifestação pelas Escolas Bilíngues, em Brasília. Como afirma Dall’Alba (2013, p. 28): “Sim, o objetivo do nosso encontro foi fazer uma avaliação desses dez anos da lei como fruto de muitas lutas, mas também como todas grandes lutas, as vitórias são provisórias”. A campanha Escola Bilíngue para Surdos culminou, em 2012, com a entrega de uma carta assinada pelas/os sete Doutoradas/es surdas/os ao Ministro da Educação, Aloísio Mercadante (LEBEDEFF; ROSA; MARTINS; KLEIN, 2016).

Desde a narrativa desse processo histórico, pensa-se na delimitação dos agentes históricos investigados – o grupo pioneiro de doutoras/es surdas/os – a partir do interesse na Carta Aberta dos Doutores Surdos ao Ministro da Educação (CAMPELLO; PERLIN; STROBEL; STUMPF; REZENDE; MARQUES; MIRANDA, 2012). Pois justamente suas autoras e autores operam um diálogo entre os movimentos sociais e o campo científico. Logo, o enfoque desta pesquisa se coloca exclusivamente nos processos de doutoramento das/os primeiras/os surdas/os iniciados em 1999 e concluídos em 2010. O enfoque é horizontal, a partir da coleta dos dados objetivos e do contexto histórico no qual se situa a construção de um processo, compreendido como Autoria Acadêmica Surda³.

³ Tal noção é adaptada da tese de Reichert (2018), que investiga a Autoria Acadêmica Indígena. O estudo da autora fundamenta o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada.

Como dinâmica, representada pelos processos de doutoramento iniciados por surdas/os na transição para o século XXI, inferida pela atuação como lideranças, o universo desta pesquisa se coloca em torno das/dos sete primeiras/os surdas/os intituladas/os doutoras/es, entre 2003 e 2010 (em ordem cronológica): Gladis Teresinha Taschetto Perlin, Marianne Rossi Stumpf, Wilson de Oliveira Miranda, Ana Regina e Souza Campello, Karin Lilian Strobel, Rodrigo Rosso Marques e Patrícia Luiza Ferreira Rezende.

O trabalho⁴ constitui-se qualitativo, de abordagem indutiva, natureza básica e caráter exploratório (PRODANOV; FREITAS, 2013). Recorre-se à etnometodologia para o desenvolvimento de um trabalho de campo virtual. Assim, o “escre(ver)”, assinalado por Silva (2009), enfatiza a constante retomada desse processo de trabalho de campo, menos sequencial e mais fluído. Igualda mesma maneira, a pesquisa virtual desenvolvida a partir do registro em diário do afastamento e da aproximação do fenômeno social (WEBER, 2009), permite reconstruir as trajetórias sociais das/os sete primeiras/os doutoras/es surdas/os.

No escopo deste artigo, caracteriza-se a etnometodologia – empregada na apresentação do universo de pesquisa –, pela interpretação dos dados coletados e da indicação da ferramenta teórico-metodológica de análise das trajetórias sociais das/os doutoras/es surdas/os. Assim, a partir da pesquisa virtual, fundamentada no trabalho de campo e observação, dialoga-se com os interlocutores da pesquisa, com interesse em reconhecer os caminhos da Autoria Acadêmica Surda.

1 Escre(vendo): o universo de pesquisa e o reconhecimento das/dos doutoras/es surdas/os

A investigação sustenta-se pela etnometodologia, fundamentalmente na observação, isto é, “[...] esta aprendizagem de olhar o Outro para conhecê-lo [...]”. A partir do conhecimento antropológico, Rocha e Eckert (2008, p. 3) estabelecem o fazer da etnografia como trabalho de campo organizado em: preparação, coleta de dados, análise dos dados e escrita. Reafirmo a

⁴ O presente artigo é um recorte da pesquisa desenvolvida em monografia intitulada: Sinais de uma autoria acadêmica Surda no Brasil: as trajetórias sociais das/os primeiras/os doutoras/es surdas/os, escrita pelo autor em 2018.


proposta das autoras, aproximada da de Silva (2009, p. 185), na qual a etnografia pode ser comparada à ação de viajar, à “[...] atividade do etnógrafo, sua circulação no campo, sua observação do campo e sua versão do que aconteceu ali e seus significados. Andar, ver e escrever, [são] três fluxos que se encontram dinamicamente inter-relacionados, a exercerem e sofrerem influências recíprocas”.







Logo, apresenta-se o andar do trabalho de campo – na compreensão de Silva (2009) –, a coleta objetiva dos dados seguida de uma breve análise. Nesse sentido, para Reichert (2018), a fase de prospecção dos dados é fundamental, pois a partir daí é possível delinear o universo de pesquisa, os campos e agentes que estão interagindo. Uma vez que, “A tensão básica, no entanto, estará sendo produzida pelo desconhecimento, pela dúvida, pelo empenho em descobrir e saber” (SILVA, 2009, p. 180).

Utiliza-se, ao andar e ver (SILVA, 2009), o levantamento dos dados empíricos iniciais do trabalho de campo virtual, que preconiza a coleta horizontal de vestígios, assim como a pesquisa bibliográfica. A base de coleta de dados acerca das/os sete primeiras/os doutoras/es surdas/os compõe-se pela Plataforma Lattes, e em menor parte, pelos auto-relatos contidos nas teses e em produções audiovisuais relacionadas.

Os dados coletados são organizados em tabela, forma de apresentação do universo estudado, contendo nome/sinal, local de nascimento, Programa de Pós-graduação (PPG) e instituição à qual se vincula, tese/ano da defesa e orientação/coorientação. A construção desses dados, por meio de um panorama, permitirá pensar questões que estão entrelaçadas com a Autoria Acadêmica Surda e a historicidade do fenômeno enfocado.

Quadro I – Sete primeiras/os doutoras/es surdas/os

Nome/sinal	Local/Onde nasceu	PPG/ universidade	Tese/ ano da defesa, orientação
Gladis Teresinha Taschetto Perlin 	Jaguari, Rio Grande do Sul	PPG de Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul	<i>O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade</i> 2003/Prof. Dr. Carlos Bernardo Skliar

<p>Marianne Rossi Stumpf</p> 	<p>Santiago, Chile</p>	<p>PPG em Informática na Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Paul-Sabatier</p>	<p><i>Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting:</i> língua de sinais no papel e no computador 2005/Prof. Dr. Antônio Carlos Rocha da Costa e Prof. Dra. Carla Beatris Valentini</p>
<p>Wilson de Oliveira Miranda</p> 	<p>Santa Maria, Rio Grande do Sul</p>	<p>PPG em Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul</p>	<p><i>A experiência e a pedagogia que nós surdos queremos</i> 2007/Prof. Dr. Carlos Bernardo Skliar</p>
<p>Ana Regina e Souza Campello</p> 	<p>São Luís, Maranhão</p>	<p>PPG de Educação/ Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Gallaudet</p>	<p><i>Aspectos da visualidade na educação de surdos</i> 2008/Prof. Dra. Ronice Muller de Quadros</p>
<p>Karin Lilian Strobel</p> 	<p>Curitiba, Paraná</p>	<p>PPG em Educação/ Universidade Federal de Santa Catarina</p>	<p><i>Surdos: vestígios culturais não registrados na história</i> 2008/Prof. Dra. Ronice Muller de Quadros e Prof. Dra. Gladis Perlin</p>
<p>Rodrigo Rosso Marques</p> 	<p>Criciúma, Santa Catarina</p>	<p>PPG em Educação/ Universidade Federal de Santa Catarina</p>	<p><i>A experiência de ser surdo: uma descrição fenomenológica</i> 2008/Prof. Dra. Ida Mara Freire e Prof. Dr. Marcos José Müller Granzotto</p>
<p>Patrícia Luiza Ferreira Rezende</p> 	<p>Caeté, Minas Gerais</p>	<p>PPG em Educação/ Universidade Federal de Santa Catarina</p>	<p><i>Implante coclear na constituição dos sujeitos surdos</i> 2010/Prof. Dra. Ronice Muller de Quadros e Prof. Dra. Maura Corcini Lopes</p>

Fonte: Elaborado pelo autor – 2018.

2 Analisando observações iniciais: dados horizontais

A partir dos levantamentos iniciais, uma das primeiras observações evidentes entre as sete pessoas é a indicação de Gladis Teresinha Taschetto Perlin como primeira pessoa surda, no Brasil, a iniciar o processo de doutoramento no ano de 1999. Os primeiros processos de doutoramento concentram-se no início dos anos 2000, época na qual a comunidade surda passa a se organizar em níveis regionais e nacionais, reunindo-se em torno de pautas, dialogando com algumas das instituições de Ensino Superior e alavancando as lideranças. Seguida por Marianne Rossi Stumpf e Wilson de Oliveira Miranda, que começaram em 2001, Ana Regina e Souza Campello, Karin Lilian Strobel e Rodrigo Rosso Marques iniciaram em 2004, e Patrícia Ferreira Rezende encaminhou o processo de doutoramento a partir de 2006⁵.

Desde os dados apresentados, pode-se inferir que a Educação é a área de conhecimento na qual se colocam as teses, segundo a Tabela da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁶. Nessa direção, a Autoria Acadêmica Surda está vinculada à Grande Área das Ciências Humanas. A Educação, enquanto área, abre-se ao debate da diferença, especialmente estimulada pelos Estudos Culturais. Monteiro (2018) propõe que esta área do conhecimento pode estar mais adequada no que tange ao acesso, à acolhida e à continuidade na trajetória acadêmica dos/as surdos/as. Igualmente, percebe-se que a área de conhecimento da Educação e, mais especificamente, o campo dos Estudos Surdos, são estratégicos para essas lideranças surdas pois a Autoria Acadêmica adere às demandas do movimento e vice-versa, conforme indica Reichert (2018).

Cabe citar Monteiro (2018), que investiga os processos recentes de especialização das pessoas surdas em uma perspectiva quantitativa e ampla. A autora entende que o reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais em 2002 enquanto política linguística, nos últimos anos tem estimulado o ingresso das pessoas surdas na pós-graduação nas áreas de Educação, Linguística e Tradução (MONTEIRO, 2018).

Os sete processos de doutoramento concentram-se na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade Federal de Santa

⁵ Fonte: Currículos na Plataforma Lattes.

⁶ Fonte: Tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 20 set. 2018.

Catarina (UFSC), assim questiona-se as razões que levaram a Autoria Acadêmica Surda a estar focada nesses Programas de Pós-graduação e não em outros, ou ainda, de forma dispersa. Logo foi possível perceber a relação entre o fenômeno social investigado e a criação de dois espaços de pesquisa: o Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais de Surdos (NUPPES – UFRGS) e o Grupo de Estudos Surdos (GES – UFSC). Ambos os grupos se associaram junto às secretarias dos estados para colaborarem nas políticas educacionais para surdos. O NUPPES foi criado em 1996 e o GES em 2003. Foram liderados por Carlos Bernardo Skliar e Ronice Muller de Quadros, respectivamente⁷.

Por conseguinte, Skliar orientou as teses de Perlin e Miranda, enquanto Quadros orientou Campello, Strobel e Rezende. Sublinho ainda que Perlin atuou como coorientadora de Strobel. Assim, em relação à emergência de pesquisadores/as orientando o grupo de doutoras/es surdas/os, conforme Rezende e Rezende Junior (2007, p. 195), esses agentes “[...] tiveram a coragem de desafiar os dogmas da história, educação e linguística dos surdos, imprimindo novas marcas para a ação histórica, abrindo espaço para o surgimento de uma classe de surdos intelectuais, oferecendo-lhes territórios já demarcados pelos ouvintes”.

Observa-se que há agentes interlocutores na relação com a universidade (REICHERT, 2018). Nesse sentido, Skliar e Quadros atuam como mediadores no processo de doutoramento e nas tramas da Autoria Acadêmica. Dessa forma, ganha força a propositiva de Fernandes e Moreira (2014, p. 55-56), “O fato demarcador de uma nova política institucional para surdos/as foi o ingresso da primeira pós-graduanda surda – Gladis Perlin – que veio a se tornar a primeira Doutora surda em educação no Brasil”.

Verifica-se, então, uma estreita correlação entre a constituição de um campo científico ancorado nos Estudos Surdos nos Programas de Pós-graduação, aos quais se vinculam os orientadores, que estimularam o ingresso de pessoas surdas na Pós-graduação dessas instituições específicas. A revisão de literatura e o levantamento de dados corrobora para compreensão de um efeito de atração em virtude do cenário histórico e das pesquisas, em ambas as universi-

⁷ Skliar é argentino, fonoaudiólogo de formação, iniciou sua trajetória na UFRGS na década de 1990 como professor visitante. Organizou o grupo no período de seu pós-doutorado. Quadros é brasileira, pedagoga de formação e atua como linguista/pesquisadora de língua de sinais. Iniciou na UFSC como professora em 2002 (Fonte: Currículo Lattes).

dades, ligadas aos Estudos Surdos, além das condições propostas por Monteiro (2018), uma vez que os espaços de pós-graduação se constituíam, possivelmente, mais sensíveis ao acesso das pessoas surdas.

Sabendo que as teses aderem à área da Educação e associam-se ao campo dos Estudos Surdos, desde a leitura dos títulos e resumo das teses, vale questionar os problemas-temas enfocados na Autoria Acadêmica Surda e, mais especificamente, as teses. A partir da análise das teses das/os sete doutoras/es surdas/os, organizam-se duas categorias abrangentes para classificar os objetos focalizados em cada uma.

Indica-se, a seguir, os objetos de cada uma das teses nas categorias de Cultura e Identidade Surda, e Educação Bilíngue, por mim designadas. Perlin analisa o *Deafhood*, ou ser surdo, a partir da diferença, aloquei o estudo na categoria de Cultura e Identidade Surda. Strobel investiga a história das manifestações culturais surdas, alocada na categoria Cultura e Identidade Surda. Marques recorre aos referenciais da Filosofia para estudar a experiência de ser surdo, também categorizada em Cultura e Identidade Surda. Ferreira investiga discursos de medicalização das crianças surdas, igualmente na categoria de Cultura e Identidade Surda. Stumpf pesquisa a escrita de língua de sinais dialogando com os campos da Linguística e da Informática, e foi categorizada em Educação Bilíngue. Miranda estuda a Pedagogia e o movimento social surdo, e foi classificado em Educação Bilíngue. Souza Campello explora os signos visuais incurionando no campo da Linguística, tipificado em Educação Bilíngue.

Por conseguinte, os/as pesquisadores/as que orientam os processos de doutoramento indicam sua filiação e afinidade temática aos Estudos Surdos, pois conforme Skliar (2015), esse campo refuta os binarismos estabelecidos pelas representações sociais que revelam estigmas e estereótipos sobre os/as surdos/as e a surdez, constituem desígnios do pensamento colonialista e silenciam a construção sócio-histórica da surdez como diferença. Portanto, se como aponta Teske (2015, p. 146) “[...] a comunidade surda se constitui quase como se fosse um grupo étnico”, percebe-se que a ancoragem da Autoria Acadêmica Surda nesse campo se dá a partir de uma virada epistemológica estimulada pelos Estudos Culturais e Estudos Surdos.

Para encaminhar uma análise no cenário brasileiro do século XXI, vale mencionar que as trajetórias das/os sete –a primeira geração de doutores/as surdos/as – são trilhadas em um contexto de transição para um período de

despontar das pautas e direitos das pessoas surdas. Inclusive em contextos nos quais certas doutoras são lideranças diretamente implicadas em ações políticas e enfrentamentos. Nessa lógica, o recorte temático das teses permite entrever o encadeamento de macro e microdinâmicas experimentadas pelo movimento social surdo. De modo que – desde redes de sociabilidade até as redes temáticas e virtuais – a experiência mobilizada pelos agentes não é recuperada de um passado cristalizado, mas sim das memórias que, ao serem reconstruídas no cotidiano, operam como significados para as demandas e conflitos no presente (GOHN, 2013).

Dessa forma, é fundamental mencionar sobre as lideranças surdas,

[...] os surdos intelectuais específicos – em decorrência de sua experiência vivida e subjetividade em harmonia com o ser surdo – podem atravessar o campo de conhecimento mais além que outras pessoas, possuir um ângulo de visão maior, interpretar os fenômenos culturais de forma bem peculiar e mais profunda, e enunciar seu discurso mais plausível com a realidade do seu ser (REZENDE; REZENDE JUNIOR, 2007, p. 196).

Nesse caminho, visibilizando o protagonismo e a autoria dos agentes históricos na transição para o século XXI, busca-se refletir sobre a experiência histórica do grupo pioneiro no processo de doutoramento; experiência essa relacionada ao contexto histórico de elaboração de Políticas Públicas para a Educação, em razão dos tensionamentos que produziram e produzem sua demanda, implementação e gestão.

Assim, visto que “As nações modernas [...] procuraram, pela educação formal obrigatória, homogeneizar culturalmente seus cidadãos [...]” (GUIMARÃES, 2012, p. 42), tornou-se latente ao Estado adaptar-se às diferenças culturais. Contudo, em se tratando da epistemologia ocidental, cidadania e democracia são elaboradas como relacionadas e baseiam-se no princípio da igualdade (HERRERA, 2006).

Portanto, no contexto latino-americano do século XXI, a cidadania como noção homogênea para o Estado Nacional, “[...] dentro de seu projeto político, com o objetivo de alcançar a universalidade, levou muitos grupos sociais a não se sentirem convocados por um discurso que, longe de ser universal, legitimava estereótipos que excluía[m [...]”⁸ (HERRERA, 2006, p. 103,

⁸ Tradução livre: “[...] dentro de su proyecto político una concepción homogénea de la ciudadanía, con la pretensión de lograr universalidad, llevó a que numerosos grupos sociales no se sintieran convocados por un discurso que lejos de ser universal, legitimó estereotipos de distinto orden que excluía[m [...]” (HERRERA, 2006, p. 103). Artigo disponível somente em língua espanhola.

tradução nossa). Nesse cenário emergiram diferentes movimentos que se empenharam na ampliação conceitual e prática da cidadania, diante das diferenças sociais e culturais a serem legitimadas enquanto direitos (HERRERA, 2006).

Os agentes dos movimentos sociais deslocam-se constituindo espaços de produção do conhecimento (GOHN, 2011) e aprendizado da cidadania (HERRERA, 2006), e mantêm uma relação estreita com a instituição Escola, especialmente os movimentos surdos. Entre diferentes movimentos sociais, Gohn (2011, p. 336) salienta que, “Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência”.

E, como têm pautado os movimentos surdos, formam-se “[...] novas culturas políticas de inclusão” (GOHN, 2011, p. 336) e da surdez como diferença. Em concordância com Gohn (2013), os movimentos sociais progressistas são propositivos, à medida que constroem leituras da realidade, resistem a projetos de exclusão, possibilitando condições ao protagonismo dos agentes históricos.

Uma vez que, “Os princípios norteadores da política educacional, no Brasil, organizam-se, portanto, preconizando uma pretensa universalidade, fundamentada pelo princípio de democratização; descentralização, equidade e controle social” (PAULILO; ABDALA, 2010, p, 272), no contexto de emergência do movimento social e do pleito pelos direitos, as lideranças surdas elaboraram – a partir das dinâmicas entre representantes da política institucionalizada e a comunidade surda – diferentes respostas às demandas culturais. Logo, é viável apontar que a Autoria Acadêmica Surda, desde os objetos de estudo das/os doutoras/es, se constitui também como uma das estratégias acionadas, nesse contexto, para a construção da diferença e da compreensão de um projeto de educação para surdos/as.

3 Refletindo sobre as trajetórias sociais como ferramenta teórico-metodológica

Neste tópico busca-se relacionar a Autoria Acadêmica aos percursos de vida das/dos doutora/es surda/os, observando a correlação de ambas as dinâmicas no campo estudado. Para leitura dos fenômenos, recorre-se

aos vestígios “[...] que, quando unidos a todos os outros traços dos grupos sociais, definem trajetórias comuns, feixes de percursos muito semelhantes, ou afinal, uma trajetória” (MONTAGNER, 2007, p. 253). Dessa maneira, costura-se uma trama, explicando os processos, ao lançar mão do trabalho de campo e reconstrói-se experiências no tempo sobre a qualidade de “versões possíveis, plausíveis, aproximativas daquilo que teria ocorrido” (PESAVENTO, 2008, p. 18).

Utilizando o trabalho de campo virtual, percebe-se, com o auxílio de Reichert (2018, p. 75), que as redes virtuais são “[...] como espaços de ambiência comunicacional na contemporaneidade, as quais têm funcionado como repositórios de arquivos e memória *on-line* acessíveis, mas, também, entendidas como lugares de memória produzidos pelos sujeitos”. Logo, para compreender o campo e os percursos sociais das/os doutoras/es surdas/os me oriento pela noção teórico-metodológica das trajetórias sociais. Como Aróstegui (2006) propõe ver a sociedade como um processo em que o sistema social – a começar pela relação entre estrutura-ação, é passível de rupturas e continuidades – elenco a sociologia bourdieusiana como produtiva para a discussão dessas dinâmicas (BOURDIEU, 1983; ANDRADE, 2014).

A noção de trajetória social parece útil para aprofundar a problematização, investindo contra concepções fixas e imutáveis de sociedade e cultura, como indica Aróstegui (2006). Uma vez que “Bourdieu centra-se na mediação entre a agência e a estrutura, recuperando a noção ativa dos sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de trajetórias individuais” (ANDRADE, 2014, p. 102). Nesse caminho, utilizo a conceituação de trajetória social conforme Montagner: “Bourdieu aponta que uma trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo” (2007, p. 254).

Para escrita das trajetórias, parte-se de pressupostos metodológicos, a saber: situar o agente no grupo, delinear os percursos nos campos sociais, descrever relações de poder-saber no cenário das práticas e discursos, conhecer a trama dos agentes se movimentando por relações – agentes envolvidos e implicados no contexto ou ainda, a partilha com um grupo social (MONTAGNER, 2007). Logo, Montagner (2007, p. 256) reforça a concepção relacional das trajetórias e afirma que “Se o campo está em permanente

mudança, a trajetória social é o movimento dentro de um campo de possíveis definido estruturalmente, mesmo que as estratégias e os movimentos individuais sejam ao acaso”.

Nessa lógica, vale dizer que as experiências de vida não são lineares, progressivas e causais, assemelham-se mais ao desenvolvimento dinâmico, incoerente, por vezes como um emaranhado complexo que passa a ser desenrolado e, portanto, visibilizado por meio da construção dos agentes e do pesquisador (MONTAGNER, 2007).

Na pesquisa, as constelações de significados são capturadas, lidas, narradas e reagrupadas na análise. Logo, a investigação das trajetórias sociais é semelhante à prática “[...] dos historiadores e sua confrontação necessária com várias temporalidades, com a ajuda de conceitos tipológicos [...] que dizem respeito tanto a ‘figuras individuais’ [...] quanto a tipos de funcionamentos e de categorias institucionais” (DUBAR, 1998, s/ p.).

A aproximação com o âmbito acadêmico durante o trabalho de observação é inevitável, por isso utiliza-se o conceito de campo científico, interpretado por Bourdieu (2004) como o universo dos agentes e das instituições que produzem e divulgam a Ciência. A ideia de campo, em Bourdieu, revela os limites e as possibilidades do espaço social em relação aos agentes e à estrutura. Para o autor,

O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. [...] Uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de refratar, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas (BOURDIEU, 2004, p. 21-22).

Bourdieu (2004) reforça que o campo científico, ou qualquer outro, é um espaço de disputa da conservação ou transformação do próprio campo. Ingressando no campo científico, interessa perceber justamente as posições e as relações que vão se desenvolvendo no espaço social (BOURDIEU, 2004).

Nessa direção, faz-se necessária a correlação das dinâmicas sociais do campo social: estruturais e simbólicas, coletivas e individuais, longitudinais e latitudinais, “dependências parciais e de autonomias

irredutíveis, de mediações complexas e de coerências frágeis [...]” (DUBAR, 1998, s/p.). Isto é, as primeiras parecem condicionar os percursos, enquanto as segundas servem para desenhar os processos individuais mais ou menos fluídos.

4 Reconstruindo as trajetórias sociais das/os primeiras/os doutoras/es surdas/os

Inicialmente, as trajetórias sociais individuais das/os sete primeiras/os doutoras/es surdas/os são reconstruídas. Neste texto elenca-se os âmbitos institucionais: acadêmicos, profissionais e formativos, percebendo-se a longitude do campo investigado de cada uma das lideranças. Esses dados empíricos, das dinâmicas sociais, foram vestígios coletados principalmente da Plataforma Lattes e parcialmente das teses dos agentes desse grupo surdo pioneiro no processo de doutoramento.

Gladis Teresinha Taschetto Perlin nasceu em Jaguari, no Rio Grande do Sul, foi acometida por meningite aos sete anos quando aprendia a escrever e ler. Estudou na Escola Rainha do Brasil ao longo do Ensino Fundamental e no Colégio São José de Murialdo durante o Ensino Médio. Se mudou para Porto Alegre e foi morar junto a uma comunidade religiosa; a partir daí, passou a conviver com a comunidade surda. Em 1987 completou a graduação em Teologia na Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. Realizou especialização em Formação de Professores de Educação Especial em 1988. Gladis cursou o mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) entre 1996 e 1998 – sob orientação do professor Dr. Carlos Bernardo Skliar e como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desenvolveu o processo de doutoramento entre 1999-2003 no PPG de Educação da UFRGS com bolsa da CAPES, com o mesmo orientador. Em sua pesquisa focaliza a experiência de ser surdo como diferença cultural e política. Iniciou sua trajetória como professora do Ensino Superior em Santa Cruz do Sul, no ano de 2002 e, a partir de 2004, integrou o colegiado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Entre 2010 e 2012 participou como membro do corpo editorial da Revista da FENEIS. Concluiu o pós-doutorado em 2014 na UFRGS.

Marianne Rossi Stumpf nasceu em Santiago no Chile em 1973. Viveu com seus pais – ambos brasileiros – em diferentes países da América e na Espanha. Lá estudou no Instituto Oral Modelo de Madrid. Voltou para o Brasil com nove anos fixando-se no Rio Grande do Sul, em Caixas do Sul. Nessa cidade frequentou a Escola Estadual Especial Helen Keller. Mais tarde, foi para Porto Alegre, onde estudou em outras escolas de surdos. Entrou na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) em 1995 e, logo após, se tornou bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) com um projeto para construção de softwares para a Educação de Surdos. Durante a graduação foi bolsista em um grupo de pesquisa sobre Escrita da Língua de Sinais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, orientado pelo professor Dr. Antônio Carlos Rocha da Costa. Ao longo desse período, Marianne realizou estágios em escolas de surdos experimentando a Escrita de Sinais, como na Escola Especial Concórdia em Porto Alegre. Em 2000 graduou-se em Tecnologia da Informática na ULBRA e a contar desse ano trabalhou como professora de Informática na Escola Frei Pacífico, que atendia alunos/as surdos/as, também em Porto Alegre. Graduiu-se em Educação de Surdos em 2004 na Universidade de Santa Cruz do Sul. Realizou doutorado em Informática na Educação pela UFRGS, e participou do NUPPES. Orientada pelo professor Dr. Antônio Carlos Rocha da Costa e pela professora Dra. Carla Beatriz Valentini, Marianne fez doutorado-sanduíche na Universidade Paul-Sabatier (França) com bolsa da CAPES. Seu interesse de pesquisa pode ser descrito a partir de três eixos, a saber: Escrita de Sinais, Linguística e Educação. Foi agraciada com o Prêmio Capes de Tese em 2006 e Menção Honrosa da Capes em 2007. Atua como especialista na Federação Mundial dos Surdos desde 2007. A partir desse ano iniciou suas atividades como professora do Ensino Superior na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Finalizou o pós-doutorado com bolsa da CAPES em Neurolinguística por meio da Universidade Católica Portuguesa em 2014. Ao longo de sua trajetória, Marianne atuou na FENEIS.

Wilson de Oliveira Miranda nasceu no Rio Grande do Sul. Durante e depois da graduação participou de formações nas áreas de Educação Especial e Educação Bilíngue. Concluiu Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 1985. Atuou na Associação dos Surdos de Santa Maria. Iniciou a trajetória profissional como professor de Libras em um projeto

universitário no ano de 1986. Entre 1996 e 1999 trabalhou como coordenador na Escola Municipal de Ensino Fundamental Helen Keller, em Caxias do Sul. Em 1999 passou a atuar como professor de Educação de Jovens e Adultos no Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores Paulo Freire, em Porto Alegre. Wilson finalizou o mestrado em Educação na UFRGS em 2001, orientado pelo professor Dr. Carlos Bernardo Skliar. Durante o doutorado desempenhou as funções de professor de Libras e pesquisador com incentivo da FAPERGS. Concluiu o processo de doutoramento em 2007, mais uma vez orientado por Skliar, que investiga a Educação dos Surdos no Rio Grande do Sul sob a perspectiva das demandas da comunidade surda. Após a conclusão do doutorado iniciou sua atividade profissional como professor no Ensino Superior. Desde 2009 atua como professor dos cursos de licenciatura na UFSM.

Ana Regina e Souza Campello nasceu em São Luís do Maranhão e, ainda bebê, mudou-se com a família para a cidade do Rio de Janeiro. Sua surdez foi descoberta quando tinha por volta de um ano. Iniciou os estudos aos seis anos, no Instituto Nossa Senhora de Lourdes, onde alunos/as surdos/as e ouvintes eram atendidos/as. Frequentou escola regular no turno contrário. Na juventude, iniciou participação na Associação Alvorada dos Surdos, no Rio de Janeiro, ali permanecendo por mais de 30 anos. Eleita em 1986 presidente da FENEIS, foi a primeira presidente surda, trabalhando no cargo por seis anos. Ana Regina graduou-se em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Santa Úrsula em 1981. cursou Pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, concluindo em 1996. A contar desse ano, exerceu atividade de secretária executiva na FENEIS até 1997. Entre 1993 e 1998 realizou cursos de formação na área da Educação, no Centro Educacional de Niterói, com enfoque profissionalizante, e na FENEIS como formação complementar na área de Educação de Surdos e Ensino da Língua de Sinais. Em 1998 começou a trabalhar como professora na Educação Básica no Rio de Janeiro, no Centro Educacional Pilar Velasquez – instituição sem fins lucrativos que atendia o alunado surdo. Entre 2004 e 2008, Ana Regina realizou o processo de doutoramento no PPG de Educação da UFSC, subsidiada com bolsa da CAPES, e com período sanduíche na Universidade Gallaudet nos Estados Unidos. No período de escrita da tese foi orientada pela professora Dr. Ronice Muller de Quadros. Seus objetos de pesquisa transitam entre os campos da Educação e da Linguística.

Foi membro do corpo editorial da Revista da FENEIS em 2007. Ainda nesse ano recebeu uma homenagem da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro pelo serviço prestado à causa da pessoa com deficiência. A partir de 2009, começou como tutora universitária na UFSC e um ano mais tarde passou a desempenhar a atividade de professora do Ensino Superior na mesma universidade. Durante sua trajetória, atuou na *World Federation of the Deaf* (sigla WFD, Federação Mundial de Surdos).

Karin Lilian Strobel nasceu em Curitiba, Paraná. Ficou surda em virtude de uma medicação antibiótica ministrada quando bebê. Estudava em escola para surdos, mas foi ensinada a partir do método oralista. Cumpriu o Ensino Fundamental no Colégio Martinus entre 1971 e 1979. Fez o Ensino Médio entre 1984-1987 no Colégio Divina Providência. Na juventude, incentivada pela mãe, começou a participar da Associação de Surdos de Curitiba e passou a se comunicar em língua de sinais. Mais tarde cursou o magistério. A partir de 1989 começou a atuar como professora de Educação Especial e instrutora de língua de sinais no Centro de Reabilitação Sydnei Antonio. Cursou Pedagogia e graduou-se em 1999 na Universidade Tuiuti do Paraná. No período de 1995 a 2005 trabalhou como pedagoga na Educação Especial – Surdez na Secretaria Estadual de Educação do Paraná. Fez especialização na área de surdez. Iniciou o doutorado em 2004 como bolsista do CNPq e sob orientação da professora Dr. Ronice Muller de Quadros. Em sua pesquisa examina a cultura, a história e a memória surda. Desde 2010 atua como professora do Ensino Superior na UFSC. De 2009 a 2011 foi membro do corpo editorial da Revista da FENEIS. A contar de 2013 tornou-se coordenadora do Curso de Letras Libras na UFSC. Trabalhou em diversas funções nas associações de surdos e também foi diretora da FENEIS.

Rodrigo Rosso Marques nasceu em Criciúma, Santa Catarina. Cumpriu os Ensinos Fundamental e Médio na Escola de Educação Básica Sebastião Toledo dos Santos entre 1977 e 1989. Em 1995 retornou à mesma escola na Educação Profissionalizante para o curso de magistério. Atuou como professor da Educação Especial a partir de 1995 e foi professor de Libras da Educação Básica a contar de 2001. Cursou Pedagogia com ênfase na Educação Especial na Universidade do Sul de Santa Catarina, concluindo em 2002. Em 2003 iniciou a trajetória como professor no Ensino Superior. Nesse ano realizou pós-

graduação em Metodologia de Ensino. Iniciou o doutorado em Educação em 2004 na UFSC sob a orientação de Ida Maria Freire, em sua tese investiga a experiência surda a partir de referenciais filosóficos da fenomenologia. Em 2011 fundou a Revista Brasileira de Vídeo-Registros em Libras.

Patrícia Luiza Ferreira Rezende nasceu em Caeté, Minas Gerais, em 1972. Aprendeu a ler com as histórias que a família contava. Desde a infância até a pré-adolescência frequentou o Centro Verbo Tonal, baseado em metodologias de oralização. Frequentou a escola regular, sua família era composta de profissionais da Educação. Concluiu a graduação em Pedagogia no ano de 2000, pelo Centro Universitário Newton Paiva em Belo Horizonte. A partir de 2002 passou a atuar como pedagoga na Educação Básica em Caeté, com ênfase na Educação Especial e em Educação de Surdos. Entre 2000 e 2003 trabalhou como professora de língua de sinais na FENEIS. Em 2002 fez especialização em Psicopedagogia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. A contar desse ano atuou como pedagoga na Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, participou nos processos formativos de instrutores surdos mineiros. Em 2005, iniciou a trajetória como professora no Ensino Superior. Começou o processo de doutoramento em 2006 como bolsista da CAPES na UFSC, foi orientada por Ronice Muller de Quadros e investigou a relação das identidades culturais surdas com o implante coclear. No período de 2009-2014 trabalhou voluntariamente como Diretora de Políticas Educacionais da FENEIS.

Considerações finais

Desde as trajetórias sociais, apresentadas na perspectiva ampla – das diferentes posições sociais ocupadas – pode-se pensar acerca dos movimentos de continuidade, descontinuidade e sincronia a partir dos campos acadêmicos, científicos, profissionais e associativos que podem ser lidos na superfície dos dados.

Em relação à naturalidade dos sujeitos, pensando nas dinâmicas de deslocamento e permanência por diferentes locais ao longo dos processos formativos – espaços onde nasceram e viveram – cinco delas/es são oriundas da Região Sul do Brasil. Uma da Região Nordeste e outra da Região Sudeste. Recuando aos processos da formação inicial no Ensino Superior, verifica-se que seis dela/es não se

deslocaram de suas regiões para obtenção de grau, embora alguma/ns tenham mobilidade entre as cidades. Dois dos sujeitos realizaram graduação em universidades privadas, sendo que os demais cursaram instituições públicas.

Outra sincronia entre as trajetórias do grupo se estabelece em função da atividade profissional, uma vez que todas/os atuam como profissionais da Educação, professoras/es e pedagogas, na expertise da Educação de Surdos. Esse aspecto pode estar ancorando à série de pleitos e legislações encaminhadas pelo movimento social surdo, mas também expressam a ocupação profissional das lideranças como um lugar de construção de suas experiências cotidianas, de saberes e de sua atuação política. Essas dinâmicas se estabelecem ao longo das trajetórias, desde a atuação inicial na Educação Básica até o Ensino Superior. Há entre as/os candidatas/os ao processo de doutoramento um momento de descontinuidade com a atuação profissional na escola, em função de demandas acadêmicas e da obtenção de financiamento via agência de fomento para pesquisa.

Quanto à sincronia que tange às instituições onde o grupo pesquisado realizou os cursos de Pós-graduação, UFRGS e UFSC, conduzo dois apontamentos. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio do PPG em Educação, constituiu-se como cenário à primeira doutora surda na aurora dos anos 2000, tomando Skliar como pesquisador interlocutor dos Estudos Surdos através do NUPPES. Retomo, ainda, a conjuntura da Universidade Federal de Santa Catarina como um polo magnético de formação, pensando em Quadros como pesquisadora de referência e que o primeiro curso de Letras/Libras em modalidade presencial e à distância na disposição da Educação Bilíngue (MONTEIRO, 2018) foi criado na instituição, em 2006, auxiliando na composição desse grupo de mestres e doutores como corpo docente e como espaço de produção e compartilhamento de conhecimentos. O Grupo de Estudos Surdos da UFSC estivera sob a liderança de Gladis Perlin, pelo menos desde 2007 (LOPES, 2011). Consequentemente, essas sincronias são reafirmadas na medida que a primeira sutora surda, Gladis Perlin, coorienta o processo de doutoramento de Karin Strobel.

Nessa lógica, a partir das trajetórias sociais, é possível identificar dinâmicas de projetos que passam a convergir em projetos coletivos. Pode-se observar movimentos de ruptura e sincronia no sentido da participação dos agentes históricos na comunidade surda, pois durante a infância ficam circunscritos ao

ambiente familiar e escolar ouvinte; e em seguida, na perspectiva de sua trajetória, ingressam nas comunidades e associações surdas locais, rompendo com a convivência exclusiva em espaços inscritos por falantes da Língua Portuguesa; e, posteriormente, tensionam o espaço de liderança nas organizações surdas.

Tais líderes-autoras/es, aqui investigados, destacam-se, pela participação nos Programas de Pós-graduação em Educação, focalizando duas grandes categorias temáticas: Cultura e Identidade Surda bem como Educação Bilíngue, nas quais pode-se enquadrar as teses. Assim, a emergência de um protagonismo e uma autoria surda no contexto do século XXI, baseado em diferentes condições, desenha as posições sociais do grupo pioneiro de doutoras/es surdas/os no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, P. Agência e estrutura: o conhecimento praxiológico em Pierre Bourdieu. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 2, n. 12, 2014.
- ARÓSTEGUI, J. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BRITO, F. B. de. *O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais*. 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo
- CAMPELLO, A. R. S.; PERLIN, G. T. T.; STROBEL, K. L.; STUMPF, M. R.; REZENDE, P. L. F.; MARQUES, R. R.; MIRANDA, W. O. *Carta Aberta ao Ministro da Educação* (elaborada pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros, que atuam nas áreas de educação e linguística). 2012. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B8A54snAq1jAQnBYdVRPYmg1VUK/edit?pli=1>>. Acesso em 10 ago. 2018.
- DALL'ALBA, C. *Movimentos Surdos e Educação: negociação da Cultura Surda*. 2014. 94 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Educação, Santa Maria.
- DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 19, n. 62, p. 13-30, abr. 1998.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. *Educar em revista*, Curitiba, p. 51-69, 2014.

GOHN, M. G. M. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-513, maio/ago. 2011.

GUIMARÃES, A. S. A. Desigualdade e diversidade: os sentidos contrários da ação. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Orgs.). *Cidadania, um projeto em construção*. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 40-47.

HERRERA, M. C. Ciudadanía social y cultural: perspectiva histórica y retos del aprendizaje ciudadano en el siglo XXI. *Procesos: revista ecuatoriana de história*, Sucre, n. 23, p. 97-113, 2006.

LEBEDEFF, T. B.; ROSA, F. S.; MARTINS, F. C.; KLEIN, M. O impacto dos movimentos surdos nas políticas linguísticas e educacionais para surdos na América do Sul. In: CÓSSIO, M. de F. (Org.). *Políticas públicas de educação: desafios atuais*. Pelotas: Ed. UFPel, 2016.

LOPES, M. C. *Surdez & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MONTAGNER, M. Â. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 17, jan./jun. 2007, p. 240-264.

MONTEIRO, M. S. Mestres e doutores surdos: sobre a crescente formação especializada de pessoas surdas no Brasil. *Revista Virtual de Cultura Surda*, n. 23, mai. 2018. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes/detalhes/59>. Acesso em: 10 jul. 2018.

PAULILO, A. L.; ABDALA, R. D. Fragmentos de uma história das políticas públicas de educação no Brasil. In: PIMENTA, C. A. M.; ALVES, C. P. (Orgs.). *Políticas públicas & desenvolvimento regional* [recurso online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

PESAVENTO, S. J. História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, S. J.; SANTOS, N. M. W.; ROSSINI, M. S. (Orgs.) *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico* [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REICHERT, I. C. *Tramas indígenas contemporâneas: doutores indígenas e os sentidos da autoria acadêmica indígena no Brasil*. 2018. 191 f. Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale.

REZENDE, P. L. F.; REZENDE JUNIOR, F. F. Os surdos nos rastros da sua intelectualidade específica. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Org.). *Estudos Surdos II*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2007, p. 190-211.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. *Etnografia: saberes e práticas*. 2008. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/iluminuras/article/download/9301/5371>. Acesso em: 26 set. 2017.

SARTURI, C. A.; DALL'ALBA, C. EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: UMA LUTA ATUAL. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2014, São Carlos. *Galoá*. Campinas, 2018. Disponível em: <<https://proceedings.science/cbee6/trabalhos/educacao-bilingue-para-surdos%3A-uma-luta-atual>> Acesso em: 27 ago. 2018.

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, vol. 13, n. 32, jul.- dez. 2009.

SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2015.

TESKE, O. A relação dialógica como pressuposto na aceitação das diferenças: o processo de formação das comunidades surdas. In: SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2015.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 157-170, dez. 2009.